

“O Saudosismo, Pe. Antônio Vieira e o Quinto Império”¹

Ma. *Beatriz* Rosário de *Alcântara*

Na conturbada e frequentemente inóspita Idade Média, teve origem o saudosismo do qual veio a descender o sebastianismo, este último mais do conhecimento geral por ter sido proveniente da ausência sentida de um jovem rei português e o funesto desfecho da Batalha de Alcácer-Quibir (1578), onde D. Sebastião foi dado como morto e desaparecido, sem deixar descendência direta a ascender ao comando do reino.

O saudosismo apresentou-se como um movimento filosófico e dialético, germinado num Portugal da Baixa Idade Média, a preconizar uma fusão regeneradora da matéria com o espírito, aspirando à completitude, tendo em vista uma Pátria de esplendor, uma nação livre de qualquer jugo.

Esse movimento arrebatou crescentes adeptos e obteve forte sustentação. Esteado num suporte tríplice, o processo alicerçava-se na ânsia popular de uma continuidade histórica lusitana, fortalecia-se com os desmedidos esforços empreendidos para consolidar a religião católica e, terciário, não menos consistente que os dois aspectos anteriores, empreendia-se uma vigorosa luta pela manutenção e independência da língua portuguesa.

A corrente saudosista achava-se embasada na concepção do tempo de esplendor a ser recuperado, de emoções patrióticas a serem reconstruídas, partindo da imperiosa necessidade de elevar-se um presente insuficiente pelo retorno a uma memória ancestral, de fulgor simbólico, de modo a engrandecer o tempo presencial, para que, ao fim, se obtivesse um futuro promissor, um orgulho nacional não concedido por clemência e sim, conquistado pelo empenho cívico de todos.

1 ALCÂNTARA, Ma. Beatriz Rosário de. O Saudosismo, Pe. Antônio Vieira e o Quinto Império. In: COLÓQUIO 400 ANOS DE PE. ANTÔNIO VIEIRA “IMPERADOR DA LÍNGUA PORTUGUESA”, São Paulo: Memorial da América Latina, 23 abr. 2008.

Sentimento assim idealizado, superestimando o passado, enquanto negava o valor do presente, achar-se-ia introjetado num estado poético melancólico, na busca de um foco, por entre um vazio de descrença na atualidade, simultânea vivência a revelar-se inviável aos anseios patrióticos, para além da submissão a sofrimentos de ordem social e individual.

O saudosismo revestiu-se, antes e acima de tudo, de um desgosto com os descaminhos que estavam colocando a pátria em risco, que ameaçavam a identidade portuguesa, todos esses fatores associando-se ao modo melancólico luso de estar no mundo, à peculiar maneira de ver, de sentir e operar o destino de nação ibérica.

O embrião do saudosismo, segundo alguns críticos, encontrar-se-ia a partir da Idade Média portuguesa, por volta do século XIII, no reinado D. Dinis (1261/1325) e sua esposa a Rainha Santa Isabel (1270/1336), originando-se do culto por eles desenvolvido de exaltação ao Império do Espírito Santo.

“No início de Gênese, nos deparamos com a Trindade Santa operando junta: Deus na pessoa do Pai (Gn 1.1), na pessoa do Espírito Santo (Gn 1.2) e na pessoa do Filho (Jesus) como Verbo da vida (Gn 1.3)”

A historicidade e os elementos simbólicos do Espírito Santo que vieram a originar festas religiosas profundamente místicas teriam surgido e encontrado uma formulação devocional de culto, anterior ao advento da religião católica de Jesus Cristo, na região da Galácia, hoje Turquia.

No Sinédrio, o supremo tribunal hebreu, o Colégio dos mais altos magistrados do povo judeu, também se esperava o reino de Deus. Do Sinédrio sabemos que era o Concílio, o Supremo Tribunal dos antigos judeus até a destruição de Jerusalém. Composto de 71 membros, sua origem é atribuída à escolha dos 70 anciãos no tempo de Moisés. Nesse Conselho Superior, entre seus membros, achava-se o proeminente senador, “um homem reto e justo”, José de Arimatéia, além de Nicodemos, chefe dos judeus, um fariseu letrado e honrado, que veio ao encontro de Jesus para com ele “conversar” o reino dos céus. Os dois, José e Nicodemos foram agraciados com os dons do Espírito Santo.

Os habitantes da Judeia cultuavam com veneração o Espírito Santo porque esse privilégio teria sido conferido a todo o povo de Deus, contudo deveriam observar, rigorosamente, o preceito de nunca deles se servir para interesse particular ou do grupo de espiritualidade.

Espírito Santo, Espírito da Verdade, aquele que habilitava a amar a Deus em primeiro e logo após, uns aos outros. Sua representação simbólica surgia, ora como línguas de fogo – o fervor manifesto a infundir os ensinamentos da sabedoria e do amor – ou na figura de um animal alado, uma pomba. Segundo os Evangelhos, após o batizado de Jesus no Rio Jordão, uma pomba desceu sobre Ele e, desde então, sua forma passou a ser manifestação de paz, harmonia e resistência. Embora que, na Bíblia, não exista referência à cor da pomba, convém observar que, “a pomba era muito usada por judeus pobres em sacrifícios. O animal não poderia ser pintado ou doente, deveria ser branco”.

Por que o culto do Espírito Santo tomou tão grande vulto?

Muitos são os fatores determinantes. Alguns apontam como de grande dificuldade o entendimento da proposta cristã da Santíssima Trindade, três pessoas numa só e, no entanto três pessoas distintas. O Espírito Santo parecia encerrar o mistério maior, sem dificuldade, entender-se-ia a presença do Pai e do Filho. Corroborava, ainda, um manifesto gosto pagão pelas forças e elementos da natureza e, não só o fogo como a pomba, os dois pertenciam a esta ordem das coisas, se assim nos for permitido reduzir a uma tão grande simplificação.

Se as manifestações religiosas cristãs, na Europa Ocidental da Idade Média, adquiriram com frequência, aspectos de um processo de enculturação desmedido e fanático, admite-se ter sido esse mesmo processo, muitas vezes aposto a festividades de caráter telúrico, propiciando a uma população sofrida, vivências lúdicas – folguedos, pantomimas, cânticos e danças.

Às festas pagãs e seus ritos sacralizantes, a cristianização procurava, em contraponto, cativar a simpatia do povo, proporcionando a ocasião para todos os convertidos conhecerem e participarem de eventos felizes, como romarias, procissões místicas e festas religiosas populares.

Aos cultos profanos ancestrais, a Igreja oferecia uma sobreposição de atitudes novas, votivas, a exemplo da sacralização de objetos de intensa devoção como o “santo lenho”, entronização majestosa de reis e rainhas, sagração imponente de eclesiásticos, cânticos devocionais fervorosos, tudo a reger fusões sincréticas de imagens santificadas, com alguma similitude a divindades profanas, estas últimas aos poucos perdendo força, desaparecendo.

D. Dinis e D. Isabel de Aragão (Rainha Santa, renomada pela lenda dos pães no regaço convertidos em rosas) introduziram nas celebrações de Pentecostes, na vila de Alenquer, no Alentejo (contam que a escolha recaiu nesta povoação por ser a que mais se assemelhava a Jerusalém, a Cidade Santa no círculo judaico-cristão-islâmico), as Festas do Império do Espírito Santo, por volta de 1323, uma encenação simbólica do advento da “Terceira Idade do Mundo”.

A representação da Folia, Função ou Império constava da coroação de um menino, um homem jovem e outro de idade. Três eram as coroas, uma imperial e duas reais, respectivamente colocadas na criança a imperial, a Idade do Espírito Santo. Quanto aos dois reis coroados, escolhidos entre os mais pobres da comunidade, representavam o Filho e o Pai, além de figurarem como a pobreza que fazia face ao fausto de Roma.

Aurélio Lopes analisou o ângulo sob o qual se apresentava a Era do Espírito Santo, a “Terceira Idade do Mundo”:

Das três pessoas da Santíssima Trindade, o Espírito Santo... tem sido na filosofia predominantemente dualista ocidental encarado como oposição à matéria...uma visão escatológica tripartida das idades do mundo... à idade do pai, centrada em Jerusalém e aberta pelo papel desempenhado por Moisés, sucedera-se a idade do filho que decorrera sob o signo de Roma. O esgotamento anunciado deste segundo período marcava, portanto, o início da terceira idade; a idade do Espírito Santo, “era de confraternização universal”.

Mas o que levaria a crer que uma festa cristã voltada à celebração de Pentecostes, 50 dias após a ressurreição de Jesus e da descida do Espírito Santo sobre os apóstolos, viesse a originar a crença de que Portugal seria o mensageiro da Idade do Espírito Santo?

Dr. Aurélio Lopes volta a nos conduzir por entre relações nem sempre explícitas.

O projeto das descobertas consubstanciou no pensamento português a assunção de um papel nacional privilegiado na criação de condições para a grande “era da confraternização universal” em que todos os povos do mundo, sob a bandeira de Cristo, se reuniriam em solidariedade perpétua. Espalhando pelos quatro cantos do mundo essas expectativas, os portugueses ter-se-iam, assim, transformado como que em arautos de uma nova era, de uma nova dimensão existencial.

Faz-se necessário registrar ter esse enfoque filosófico pautado todo um percurso do pensar e do sentir em Portugal, por séculos afora, vezes, de modo sutil, porém anímico e constante, de tal modo que se distendeu até a modernidade cultural portuguesa.

Nos tempos modernos, o saudosismo fluíu em conexões de dimensão mais universal, na linha de um novo renascimento integral e planetário. Entre os expoentes maiores do século XX, registram-se, Jaime Cortesão (Revista *Águia*), Teixeira de Pascoaes, Leonardo Coimbra, Fernando Pessoa (o pujante poeta e pensador da cultura portuguesa e da lusofonia), António Quadros (integrante do grupo da filosofia do futuro, «memória de origens e saudade do futuro») e, Agostinho da Silva, o grande líder, altivo pensador da cultura lusitana, das comunidades de língua portuguesa e da consciência ecológica ecumênica. Na sua percepção, o entendimento entre os povos lusófonos só se viabilizaria a partir de um diálogo transcultural entre Ocidente e Oriente. Registre, também, porque não se pode deixar de mencionar com justiça, uma pensadora do saudosismo em Portugal, ainda em nossos dias, a messiânica lucidez, de Dalila Pereira da Costa, em seus 99 anos.

Por oportuno ao enfoque deste estudo, transcreve-se uma das cartas que recebi de Agostinho da Silva, datada de 1990.

Neste 25 de julho, Dia de Santiago de 1990, nos surgiu fazendo-se, como vivo testemunho da Criatividade Absoluta, este Quinto Império do Espírito Santo, a um tempo sob a inspiração da memória do excelso Vieira, que não quer a sua lembrança presa pelas limitações dum século que tinha, por mando da História, de ser de firme disciplina e de obstinado sacrifício, quanta vez sacrifício dos

outros, que mais fácil é, e sob a inspiração também do banho lustral que foi para todos nós, à maravilha atentos, a leitura das Prosas de Carolina Cortesão, páginas de tão plena, infantil inocência e de tão agudo e experiente saber da mais longa das idades; sim, aquela Carolina Cortesão cujo Jaime, nos anos de trabalho no Brasil, de que nunca separou seu Portugal, a tantos trouxe a dádiva de saberem o que foi no século XIII o Culto do Espírito Santo do Povo Português e de como foi submetido a difíceis provas para que se continuasse o que o tempo trazia e para que nalgum futuro resplandecesse nos corações toda a sua energia de criar, assim fazendo que continuássemos e continuemos a batalha de vencer as carências econômicas do quotidiano, luta esta de tanto perigo de tentações e de falências de ânimo e de caráter, amparados porém nós todos pela certeza de que no final nos abriremos a uma fraterna, plena distribuição de tudo o que possamos produzir por nossa militância, para que assim volte às comunidades o que de algum modo das comunidades veio; de que às crianças, mesmo com as melhores das intenções, não as deformemos em sua poesia, apenas as ajustando o melhor possível ao passo de equilíbrio que tem de haver entre a eternidade do que É e Sendo espera e o que no Tempo vai fluindo; de que todo o governo, ainda tão necessário, seja o menos possível de poder e domínio, mas de paciente coordenação e de genético parto do que em nós é harmoniosa compreensão do presente e simultânea marcha para diante; de que seja a Vida a nossa grande Mestre e de que pela centelha de criatividade com que ao existir fomos lançados caminhemos ordenada e firmemente para o Divino em si próprio, comportando-se cada um de tal modo que possam os homens abolir todas as prisões, a começar pela do tempo e do espaço; de que nos realizemos mais por nos escutarmos do que por falarmos e de que um dia entremos em Império que defeito algum derrube e a todos folgue e os instale no que eterno viva, ilumine, instrua e console, reino em que nos consideremos irmãos quaisquer que sejam as ideias, as crenças ou os ritos, tudo sempre renovada flor nos jardins do Divino. E já por todos o assinando.

Agostinho da Silva

Abarracamento
De Peniche, 7 - 3.º - D.
1200 Lisboa - Portugal

Retome-se o saudosismo medieval e como este veio a se desdobrar no século XVI e, posteriormente, no século XVII.

Portugal conheceu no século XVI a glória e o apogeu da Pátria, o esplendor de uma rica potência no universo das nações euporeias.

Nesse mesmo século, o país conheceu o declínio do Império Português no Oriente. Ao arrojo das descobertas não corresponderam, em excelência, os atos administrativos. O povoamento começou a escassear nas terras descobertas. A luta contínua pela hegemonia do comércio marítimo com a Espanha enfraqueceu as relações de vizinhança o que deu origem a desacertos sucessivos. Portugal viu-se obrigado a abandonar algumas de suas praças no ultramar, enquanto seus opositores obtinham o auge do prestígio colonial com a bem-sucedida viagem de circunavegação de Fernão de Magalhães.

Acrescente-se a tantos dissabores, a ruptura sucessória lusitana com o desaparecimento do jovem rei, D. Sebastião, (na Batalha de Alcácer-Quibir) sem deixar descendência, o que ensejou em 1580 uma grave Crise Dinástica. A sucessão à coroa portuguesa recaiu, por legítimo herdeiro, a D. Filipe II de Espanha. Toda a Península Ibérica passou a estar submissa um único governo, domínio e administração do reino de Castela, situação que se manteve até 1640.

Após tantas e tão várias crises sucessórias entre os reinos da Península-Ibérica, o saudosismo ressurgiu com intenso vigor em Portugal.

Entre seus precursores, achava-se um sapateiro beirão de Tranco-so, apelido Bandarra (1545), que se propôs a ler a Bíblia em português e, inflamado pelo que lia e livremente interpretava, passou a fazer trovas orais, vaticinantes, que lembravam os primórdios da poesia popular tradicional ibérica. Essas rimas proféticas vieram reforçar o descontentamento dos portugueses e estendiam raízes, no inconsciente coletivo, de que estaria para vir alguém, um rei Encoberto, em terras lusitanas, que lhes concederia uma felicidade terrena, justa e próspera, por toda a pátria, como o fora no passado.

Gonçalo Annes Bandarra era seu nome por completo. Sem muita cultura, embora soubesse ler, Bandarra usava palavras e símbolos, sem preocupação com um sentido coerente, porém a sonoridade de seus versos captava e prendia a atenção popular, acalentando anseios íntimos em cada um. Numa toada lírica ambígua, essas trovas, por serem muitas vezes incoerentes, destituídas de sequência lógica co-

num, passaram depois a ser mencionadas ao bel-prazer de cada pessoa, acrescentando-se uma palavra aqui, mais além, retirando um verso para melhor tangenciar uma verdade irrevelada. O núcleo central temático manteve-se inalterado, ou seja, o anúncio da vinda de um monarca português que reunificaria a pátria, um libertador surgido da bruma do tempo.

Apanhado pelo Tribunal da Inquisição, Bandarra foi solto de imediato após os primeiros depoimentos por ter sido considerado um pobre ignorante e confuso “ovelheiro”. Engano dos esbirros do Santo Ofício, as trovas de Bandarra, graças à oralidade e à esperança das palavras promissoras, caíram no gosto do povo e, nem só, também dos letrados que as tomaram a seu uso e delas fizeram inteiro domínio.

Observem-se alguns comentários extraídos de **Bandarra: realidade virtual**:

As trovas de Bandarra são um grito de esperança antes de se tornarem um grito de revolta... Bandarra não emprestava apenas um nome; mas uma esperança que, de tão grande, tinha de ter a sua estatura histórica. Ele era a ligação profética e poética do que mais importante ou valioso havia ou era conhecido e aceito pelos homens... Bandarra, sem o saber, era já um espírito da Reforma... Na verdade, com Bandarra passou-se da realidade ao sonho, é visível, sobretudo naqueles que fundamentaram em si, nas suas trovas, o sebastianismo. E daí, depois, já foi fácil passar de um sonho a outros sonhos, esquecer o sebastianismo para levantar o restauracionismo, ou, ainda, ir mais além, ao Quinto Império... O desejado haveria de aparecer numa manhã de nevoeiro. Não era o sol radioso que traria a esperança, não era a transparência, mas a névoa. Aparecer como que escondido. Aparecer como que adivinhado.

Predição assustadora a de Bandarra. Com o advento da morte prematura de D. Sebastião, aos 24 anos, na Batalha de Alcácer-Quibir (1579), sem prole para descendência, o trono português foi entregue a seu tio, um idoso cardeal, e o reino lusitano veio depois a caber, por direito de sucessão, ao descendente de maior poder e riqueza, o rei de Espanha.

As trovas do sapateiro tornaram-se referência, veneradas como verdade incontestada. O homem simples que rimava foi elevado à condição de mensageiro do esplendor nacional lusitano. Sob a dominação castelhana,

desdobrada por toda a Península Ibérica, de 1581 a 1688, na regência de Filipe I, Filipe II e Filipe III (assim denominados na História de Portugal), a nação foi perdendo, gradativamente, a condição de Reino para converter-se, ano sobre ano, em simples província espanhola sem a menor autonomia, empobrecida pelo pouco caso administrativo, pela tributação excessiva e o recrutamento dos homens válidos para engrossarem as fileiras das batalhas e guerras empreendidas por Castela.

Sessenta anos de submissão, prejuízos e interesses pessoais e coletivos portugueses desprezados em prol do reino espanhol, assim se apresentavam as queixas da população.

Uma resistência popular foi sendo gerada e, com o advento de novos e extorsivos impostos, um levante surgiu em Évora, no Alentejo, com o fim de restaurar a linha de sucessão real ao trono de Portugal (Revolução de 1640 e após, a longa Guerra da Restauração), resultando na expulsão dos reis Filipes. A paz foi assinada com Espanha em 1668.

Padre Antonio Vieira (1608/1697), uma das mais notáveis e brilhantes figuras da época, nasceu em Portugal, mas ao vir para o Brasil ainda muito jovem, foi educado pelos frades da Companhia de Jesus, na Bahia. Destemido e brilhante pregador, suas prédicas associavam veemência à lógica, demonstrando grande abrangência de conhecimentos de tal modo que veio a se converter no epígono messiânico da vertente profética-nacionalista que vinha sendo anunciada desde Bandarra.

Há que se notificar uma confluência de dados na origem remota. O tema desse novo império perpassava toda a cultura barroca europeia, não podendo ser considerada como uma ideia messiânica extemporânea de um jesuíta pregador com excelência de púlpito.

Se no passado remoto Nabucodonossor da Babilônia, Ciro da Pérsia, Péricles da Grécia e César em Roma, foram os exponenciais das potências antigas, agora chegara a vez do rei de Portugal liderar o derradeiro reino: o Império Universal Cristão, o Quinto Império.

Do jesuíta Antonio Vieira muito se tem lido, comentado e considerado objeto de estudos, todavia a vertente que iremos nos prender

volta-se para a observância do saudosismo vieiriano, de característica nomeadamente messiânica.

Um homem é medido pela obra tanto quanto pela vida. Ressaltem-se, então, alguns aspectos da vida do Padre Antônio Vieira, uma das figuras mais representativas do século XVII lusitano, tal como Camões o foi no século precedente e, no Brasil, um dos mais ilustres e cultos personagens da época colonial.

Orador talentoso e sem pejo, Vieira expressou, por meio de veementes metáforas, a opinião, muitas vezes calada, da alma lusitana.

Vieira deu corpo e estrutura a esse estado anímico, como se fora o movimento messiânico de retorno do Encoberto e a restauração da pátria pelo mesmo, o início de um Quinto Império.

Uma prédica destemida assentada numa certa melancolia, sentimentos patrióticos arraigados, inconfessados anseios mítico-religiosos oriundos de crenças populares que o jesuíta habilmente afastava do passado pagão dos gentios.

Sete vezes Vieira cruzou o Atlântico.

De Lisboa à Bahia aos seis anos, na companhia dos pais, foi o início.

Primeira travessia, primeiro destemor ao se fazer a um tão grande e largo mar, nas temerárias naus setecentistas. Muitas outras idas e vindas ocorreram, entre altos e baixos, durante sua longa vida de 89 anos.

Quando se fala em Vieira, inúmeros são os aspectos que assomam a sua simples menção, sobressaindo, sempre, a luta pelos direitos individuais.

...o humanismo de Antônio Vieira, o seu senso da história, a sua busca por novas e mais livres relações entre religião, filosofia, política e ciência, a sua luta tenaz e jamais abandonada pelos direitos dos indivíduos e dos povos, a sua revolta contra os abusos do poder, o seu esforço por fazer reviver aquela esperança que representa uma vitória sobre o tempo e sobre a finitude humana. (Silvano Peloso)

No início da vida religiosa e de pregador, nova travessia empreendeu para Portugal na condição de integrante da comitiva de preito e saudação ao novo rei, D. João IV, que vinha de ser aclamado rei, pelo povo, no Terreiro do Paço e assim a pátria foi retomada do domínio filipino (1640),

Na corte portuguesa, Vieira teve a oportunidade de ser recebido pelo novo monarca que encantado pela exímia oratória, delegou-lhe missões relevantes em algumas das cortes europeias com o intuito de convencer, usando o brilho das palavras do Jesuíta, que se exprimia em várias línguas, viessem essas casas a atender à demanda e tomar partido pela Restauração portuguesa.

Missão bem-sucedida e de regresso à corte de D. João IV, Pe. Antônio Vieira ganhou o reconhecimento do monarca que o tomou como interlocutor, conselheiro, tornando-se dois amigos (1646).

Nos anos seguintes, conheceu a nação um reinado fecundo em atividades legislativas, visando consolidar a Restauração, na reconstrução de um aparelho militar forte, enquanto a cultura resplandecia pela música, pois o próprio monarca compôs opúsculos, sem que os negócios da pátria fossem descuidados.

Certamente, a influência do amigo jesuíta contribuiu para o empenho do rei na defesa das questões voltadas para o Brasil. Vieira foi o grande aliado do monarca na sua determinação de evangelizar a colônia americana do Brasil, enquanto lhe retribuía com a fluência de um grande orador que, em certas ocasiões, parecia nada mais temer que o poder de Deus.

No imaginário concebido ao longo desses quatro séculos que nos distancia, sua figura pontifica atuando, alternadamente, entre missionário evangelizador e orador sacro; defensor dos índios da colônia do “pau brasil”; diplomata em missão régia nas cortes europeias; religioso político a defender ostensivamente os judeus e os cristãos-novos, a quem denominava com simpatia “nação hebraica”, contudo, sempre sobressaindo entre as demais características pessoais, uma fulgurante oratória, sem peias, sem receio do mal que lhe pudesse advir.

Arnaldo Niskier comenta: *dos púlpitos severos dos templos católicos explicava os passos mais obscuros das sagradas escrituras e tropejava contra os vícios e os prazeres vãos e mundanos.*

Entre tantos modos e atuações, dois deles Vieira jamais se distanciou. Por opção própria, as mais anímicas; a ação missionária e a defesa da pátria.

D. João IV veio a morrer em 1656.

Vieira cruzou o mar para as exéquias reais. A corte já não mais o acolheu como antes. A Inquisição que já lhe acompanhava os passos e as palavras, com certo amuo, iniciou um rastreio mais atento.

O jesuíta defendia, afoitamente, o retorno de D. João IV que haveria de ressurgir como o Encoberto, anunciado por Bandarra, numa retomada da pátria liberta e assim vir a cumprir a profecia da construção de um Quinto Império sob a coroa portuguesa.

O Santo Ofício mostrava crescente antipatia pelos dons da palavra e das ideias do jesuíta, crescendo-se o fato de divergirem e rivalizarem as duas ordens religiosas, dominicanos versus jesuítas. Os dominicanos, elite intelectual da religião católica à época, não aceitavam a fulgurante arte de púlpito de Vieira e suas defesas por causas ousadas. Empreenderam uma atitude mais frontal, passando de vigilância atenta a inquisidores.

O postulado religioso e sociológico em defesa ostensiva de judeus e cristãos-novos iniciou o processo do Santo Ofício. Uma extensa carta remetida ao Bispo do Japão, André Fernandes, antigo confessor de D. João IV, escrita pelo punho do Pe. Antônio Vieira quando se achava em uma canoa atravessando rios e igarapés entre Tocantins e Amazonas, veio a se converter em fato provado e conclusivo na sua condenação.

Por caminhos tortuosos percorreu a carta, “Esperança de Portugal, Quinto Império do Mundo: Primeira e Segunda Vida de El-Rei D. João IV” cheia de adendos e rasuras originais, entregue ao capitão Paulo Martins Garro, no Pará e encaminhada a uma embarcação que a conduziu até Lisboa. Da carta, sabe-se que chegou realmente ao destinatário, mas por quantas mãos não teria sido modificada? O próprio Vieira pouco podia asseverar sobre ela, uma vez que não lhe tinha feito uma cópia e, do suposto original, nada mais se veio a ter por achado e lido.

Inteiramente à mercê do tribunal, invocando as Esperanças de Portugal, escrito que Vieira dirigira ao Bispo do Japão e onde profetizava a ressurreição de D. João IV, obreiro do Quinto Império português no mundo, o Tribunal apressou-se a exercer sobre ele as inevitáveis represálias... após o desterro no Porto e julgamento humilhantes, a Inquisição encerrou-o num cárcere frio e húmido de Coimbra a 1 de outubro de 1665 (Ma. das Graças M. de Sá).

A mudança da regência do reino em Portugal concedeu-lhe a absolvição, mas jamais conseguiu a revisão do seu processo, mesmo quando colaborou, em Roma, com o Papa Clemente X.

Desgostoso com os momentos que vivera na Europa nos últimos tempos, pretextou a saúde frágil e a idade avançada para pedir à Companhia de Jesus o seu regresso ao Brasil (1681), para nunca mais se afastar dessas terras onde veio a falecer dezesseis anos depois (1697).

Para conhecer com profundidade a mestria da oratória de Vieira e a dimensão da simultaneidade de suas ideias, uma vida inteira de pesquisa e estudos seria insuficiente.

Determinante na personalidade deste fulgurante orador setecentista, reside no fato de haverem muitos homens nele só e neste único, várias feições. Contudo, uma atitude constante, uma só, a destemida luta por suas ideias, o incansável combate pelas causas empreendidas.

Mestre da retórica, o pregador barroco servia-se das palavras com tal energia que cada uma delas parecia uma ação.

Após a morte de Vieira, seus manuscritos e cartas foram todos reunidos, por ordem do Padre Geral e encerrados numa arca com duas chaves, uma aos cuidados do Reitor do Colégio da Bahia e a segunda entregue ao Padre Provincial, acompanhadas de um inventário rigoroso e detalhado redigido por Andreoni.

...entre tantos outros documentos em custódia na arca, não havia cópia daquela carta (Esperanças de Portugal) que havia provocado um processo em Vieira e a sua condenação pela Inquisição.(S.P)

Da defesa que o orador jesuíta preparou para se apresentar ao Tribunal do Santo Ofício, selecionamos seis passagens da:

REPRESENTAÇÃO segunda-feira

Dos fundamentos e motivos que tive para me parecer provável o que tratava de escrever acerca do Quinto Império ou Reino Consumado de Cristo.

Questão décima: se nesta extensão universal e permanente do Império consumado de Cristo há de ser todo o mundo cristão?

Questão décima terceira: se a conversão universal do povo gentílico e judaico há de ser juntamente no mesmo tempo ou uma primeiro e outra depois?

Questão décima quinta: se esta conversão universal do Mundo, assim como se entende de todas as espécies de infiéis, se há de entender também de todos os indivíduos dos homens?

Questão vigésima quarta: se no estado consumado da Igreja e Império Completo de Cristo, assim como temos dito que todos universalmente não de ser cristãos, serão também justos e santos?

Questão vigésima nona: em que tempo há de começar esta mudança do Mundo e da Igreja em ordem ao novo estado do Império Completo de Cristo?

O Conselho Geral do Santo Ofício de Lisboa foi de opinião que o acusado apresentou um grande número de documentos, mais de trinta cadernos, alguns incompletos, outros antigos com acréscimos recentes, de diferentes naturezas, enfim, um material desigual que lhe foi confiscado sob a justificativa de que seria analisado posteriormente com mais vagar.

A asserção do Quinto Império, tal como nos foi legada pelo Padre Antônio Vieira não pode ser entendida como misticismo espiritualmente vazio porque, então, como poderia se admitir e justificar que esse pensamento tenha percorrido séculos de cultura, em mutações profundas, e venha conquistando por gerações e gerações, algumas das mentes mais brilhantes da civilização e cultura portuguesas?

Um visionário, o Padre Antônio Vieira? Talvez certa utopia na sua convicção sobre o Quinto Império luso centrista, mas quantos desertos e guerras não teriam sido vencidos pela concórdia de uma unificação religiosa e uma ordem universal ligando o ocidente ao Oriente?

Não se fazem necessárias mais palavras para esta abordagem que apenas aflorou o saudosismo, Padre Antônio Vieira e o Quinto Império. Um registro final, o sonho de paz defendido pelo saudosismo do passado e do presente tomaria a forma alada do Espírito Santo se todos se determinassem a um esforço pela aceitação das diferenças e o entendimento entre as culturas do Oriente e do Ocidente.

Referências Bibliográficas

- DACHNHARDT, Rainer. *Páginas secretas da história de Portugal* – Lisboa, Edições Nova Agrópole, 1994. v. 2, 227 p.
- VIEIRA 1697-1997. In: HESPANHA, António Manuel et al. *Oceanos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, n. 30/31, abr. / set. 1997. 254 p.
- LINS, Ivan. *Sermões e cartas do Padre Antônio Vieira*. 3. ed., Rio de Janeiro: Ediouro, s.d. 243 p.
- LOPES, Aurélio. *Devoção e poder nas festas do Espírito Santo*. Chamusca/Portugal: Ed. Cosmos-Antropologia, 2004, 592 p.
- MOHAMA, João. *A Cristo por Paulo*. Verbis, 1985, 97 p.
- MOTTA, Marcus Alexandre. *Antônio Vieira: infalível naufrágio*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. 160 p.
- NEVES, António da Silva. *Bandarra: realidade virtual*. S. João do Estoril, Cascais: Principia, Publicações Universitárias e Científicas, 2002. 158 p.
- NISKIER, Arnaldo. *Padre Antônio Vieira e os Judeus*. Rio de Janeiro: Imago, 2004. 157 p.
- PELOSO, Silvano. *Antônio Vieira e o Império Universal: a Clavis Prophetarum e os documentos inquisitoriais*. Rio de Janeiro: De Letras/Sapienza Università di Roma, 2007. 260 p.
- PINTO, Estevão. *Muxarabis & Balcões e outros ensaios*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1958. 362 p.
- SARAIVA, José Hermano. *História de Portugal* – Lisboa: Pub. Alfa, 1983, v. 4, p. 400
- SOUSA, Manuel de. *Reis e rainhas de Portugal*. Mem Martins: SPORPRESS; Correio da Manhã, s.d. 203 p.
- TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru: UNESP/EDUSC; Lisboa: Instituto Camões, 2000. 372 p.
- VIANA, Mário Gonçalves. *Rei D. Deniz*. Porto: Ed. Educação Nacional, 1937. 147 p.
- PADRE Antônio Vieira, 1608-1697: catálogo da exposição, Novembro 1997-Fevereiro1998. Lisboa, Ministério da Cultura/Biblioteca Nacional, 1997. 175 p.
- VIEIRA, António, Pe. *Esperanças de Portugal*; Quinto Império do Mundo: primeira e segunda vida de El-Rei Dom João o Quarto; escritas por Gonçaleanes Bandarra. Lisboa: Nova Ática, 2007. 105 p.
- VIEIRA, Padre Antonio. *História do Futuro*: Livro Ante-Primeiro. São Paulo: Ed. e Pub. Brasil, s.d. 277 p.